

Dos novos movimentos sociais aos intelectuais: a trajetória investigativa de Heloisa Pontes

*Heloisa Pontes*¹
*Caio César Pedron*²
*Luccas Eduardo Maldonado*³

A presente entrevista com a professora Heloisa Pontes da Universidade de Campinas (UNICAMP) foi realizada no seu apartamento em São Paulo em 25 de fevereiro de 2023. Estavam presentes o sociólogo Caio César Pedron e o historiador Luccas Eduardo Maldonado. O texto foi revisto pela entrevistada e pelos entrevistadores com a finalidade de retirar os traços da oralidade, precisar informações, e deixá-lo mais próximo da expressão escrita. Os entrevistadores agradecem a imensa cortesia com que a professora os recebeu e os tratou ao longo de todo o processo.

I.

Gostaria de perguntar sobre o seu artigo “Inventário sob a forma de fichário” (1993) para começar. A senhora constrói uma reflexão sobre a objetividade do conhecimento social nesse texto, estabelecendo uma avaliação crítica sobre sua própria experiência de pesquisa. A professora postula através de um excerto retirado do romance *O Nome da Rosa* (1980), de Umberto Eco, a necessidade

¹ Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo.

² Doutorando em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, São Paulo.

³ Doutorando em História pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, São Paulo.

de um certo distanciamento, uma exteriorização, ou, nos termos bourdieusianos, uma objetivação, pois: “é quando estamos dentro que não compreendemos nada” e portanto seria necessário sair desse “edifício” metafórico para poder compreendê-lo no seu interior. Como podemos entender essa consideração metodológica e também o quanto ela pode explicar sua mudança de tema de pesquisa realizada no deslocamento temático do seu mestrado ao doutorado?

Heloisa Pontes

Gostaria de situar em qual contexto esse artigo foi escrito. Ele foi publicado 6 anos depois da conclusão do meu mestrado em antropologia, feito na UNICAMP sob a orientação da professora Mariza Corrêa. Fiz entre 1982 e 1985 uma pesquisa sobre as práticas feministas a partir da investigação de um grupo específico, SOS Mulher, criado em 1980 como uma frente feminista de luta contra a violência que recai sobre as mulheres.

Quando iniciei o mestrado em 1981 quis estudar um movimento social do qual era bastante próxima. Vivíamos a efervescência de um período marcado pelo declínio da ditadura militar e pela reorganização da sociedade civil. Passei a me reconhecer como feminista a partir da participação no Coletivo Feminista de Campinas. O grupo era composto por alunas e professoras: como Verena Stolcke, uma das fundadoras do curso de antropologia da UNICAMP; Mariza Corrêa; a filósofa Jeanne Marie Gagnebin. Entre as alunas estava Maria Filomena Gregori, minha colega de graduação, parceira na pesquisa do mestrado e amiga da vida inteira. Além do convívio incrível entre mulheres de diferentes gerações, interessadas no feminismo em sua dimensão teórica, política e existencial, líamos e discutimos muito. A obra de Michel Foucault, que já era lida em alguns cursos da graduação, abriu uma clareira na reflexão sobre o poder e era discutida junto com os trabalhos de antropólogas e de feministas que nos foram apresentadas pelas então jovens professoras do grupo. Lemos Michelle Rosaldo, Louise Lamphere, Sherry Ortner e historiadoras como Sheila Rowbothan – que analisou a trajetória de algumas

inglesas que passaram da New Left para os grupos feministas, ainda no final dos anos de 1960.

Motivadas em dar continuidade a esse universo de reflexões, Maria Filomena Gregori (mais conhecida como Bibia) e eu decidimos seguir os estudos no mestrado para nos aprofundarmos no feminismo no Brasil. Fizemos então uma divisão do trabalho. Eu me concentraria na história do movimento e na análise de suas práticas e Bibia, que estava cursando o mestrado na USP, sob a orientação da antropóloga Ruth Cardoso, pesquisaria as mulheres vítimas da violência que recorriam ao SOS Mulher em busca de ajuda.

Líamos naquele momento tudo o que estava sendo produzido na antropologia urbana, com ênfase nos movimentos sociais, interessadas sobretudo nas articulações analíticas entre a cultura e a política. As militantes feministas mais intelectualizadas com quem nos relacionávamos acessavam esse debate, conheciam os trabalhos de Michel Foucault e alguns autores da antropologia. Nesse período, a antropologia assumiu uma espécie de protagonismo nas ciências sociais, atraindo muitos alunos e alunas, e se fez presente no debate público. Isso se deu em parte pelo que denominávamos como a crise dos paradigmas sociológicos, que nos pareciam insuficientes para explicar os fenômenos contemporâneos como os movimentos sociais urbanos de tipo alternativo. A antropologia, treinada no registro etnográfico e equipada para analisar as dimensões simbólicas da vida social, se destacava pela maneira como abordava os fenômenos contemporâneos. Embora o termo “marcadores sociais” não fizesse parte do léxico da época, era disso que tratavam os melhores estudos antropológicos que líamos.

Por outro lado, na interface da academia com setores de ponta da sociedade civil, havia a crença de que todos os males políticos e “epistemológicos” da época se resolveriam a partir do momento em que as mulheres, os homossexuais, os negros e os trabalhadores passassem a ser os produtores de suas próprias falas e autores de suas lutas, sem a tutela ou o aval dos partidos políticos.

Enquanto eu fazia a pesquisa, estive enfronhada no movimento feminista. Mas com o passar do tempo, após um longo trabalho etnográfico, fui me dando conta que a divisão entre a adesão aos valores acadêmicos, que pautavam o mestrado, e a participação no movimento feminista estava me deixando numa situação delicada. Eu tinha que lidar com os problemas postos pela relação sujeito e objeto – termo usado na época (hoje todos viraram sujeitos e interlocutores) – e com as dificuldades para traduzi-los em chave etnográfica. Para levar adiante a pesquisa fui me distanciando da militância, sob pena de não fazer nem antropologia nem política. Na academia, corria o risco de não ser reconhecida como pesquisadora por estar comprometida demais com o meu objeto, enquanto no movimento feminista passei a ser vista como uma militante pela “metade”.

Ao mesmo em que atuava como colaborada no SOS-Mulher, participando dos plantões de atendimento às mulheres vítimas da violência e das reuniões do grupo, eu registrava o dia a dia do coletivo, entrevistava as feministas, reconstituía a história do movimento, trabalhava como uma espécie de arquivista. O fato de estar fazendo um mestrado, um trabalho acadêmico, que teria uma assinatura individual - e não coletiva, como era o propósito da militância – causava um certo mal-estar. Algumas militantes se incomodavam com a maneira como eu conduzia a etnografia, escutando muito e falando pouco. Sentiam que a minha participação não tinha a mesma intensidade que a delas.

Na universidade, por sua vez, eu enfrentava outros problemas, decorrentes da hierarquia entre os objetos de estudo considerados mais interessantes e mais “legítimos” intelectualmente. Apesar do apelo que os movimentos sociais tinham entre os estudantes, a área “nobre” na antropologia continuava a ser a etnologia. Assim, embora a antropologia urbana estivesse crescendo e atraindo pesquisadores mais novos, ela não era a área de maior prestígio na disciplina. O pressuposto desenvolvido por Claude Lévi-Strauss de que só podemos nos tornar antropólogos quando estudemos um grupo e uma sociedade da qual não fazemos parte

era ainda recorrente. A ideia da alteridade máxima, não a mínima, era central para a antropologia.

Para sair desse impasse, tive que objetivar a minha própria experiência em conjunto com a experiência das militantes que eu pesquisava. Nesse esforço de objetivação e no compasso analítico que lhe confere forma e direção, fui me distanciando das motivações iniciais que me levaram ao feminismo e busquei uma forma expressiva de apresentar a etnografia. Por um misto de acaso e sorte, me caiu nas mãos o romance *O nome da Rosa*, de Umberto Eco. Nele encontrei a “resposta” que procurava para levar adiante a escrita da dissertação. Ela tem ressonância com os problemas que assombravam os dois personagens principais do livro: Guilherme de Baskerville, frei franciscano, e de Adso de Melk, noviço beneditino.

Ao findar do ano de 1327, ambos foram envolvidos em uma trama eletrizante de acontecimentos que estavam ocorrendo numa abadia italiana. Guilherme fora designado pelo abade para descobrir o mistério que rondava a morte de cinco religiosos seguidores da ordem beneditina. Tarefa a que se juntou Adso, seu discípulo e escrivão. Com argúcia os dois vão recompondo os fios da trama e descobrem que esses se ligavam aos interstícios da biblioteca. Ela era a depositária dos saberes mais cobiçados da época e, simultaneamente, guardiã das pistas ainda indecifráveis das mortes dos religiosos. Munidos de grande curiosidade intelectual, Guilherme e Adso se dão conta que a biblioteca da abadia fora construída sob a forma enigmática de um labirinto. Por essa razão, apesar de saberem muito bem como era a abadia por fora, ao entrarem dentro dela perdiam o senso de orientação. Eis o ponto que Guilherme diz para Adso: “precisamos encontrar por fora um modo de descrever o edifício como ele é por dentro”.

Este artifício literário condensa uma preposição metodológica interessantíssima. Em qualquer situação analítica é preciso encontrar por fora um modo de descrever uma realidade como ela é por dentro. Norbert Elias, um dos sociólogos que mais admiro, faz isso de forma magistral ao recuperar a integralidade

da experiência social, seja da corte francesa, seja dos trabalhadores ingleses, com auxílio da noção de configuração.

Essas preocupações pautaram o meu mestrado, iniciado em 1981 e feito com o apoio de três bolsas (1 ano de bolsa da Capes para me dedicar aos cursos; 1 ano de bolsa da Fundação Carlos Chagas; 1 ano de bolsa da FAPESP). Em 1984, fiz um concurso para professor substituto na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, após a aprovação, pedi a suspensão da bolsa da Fapesp – as normas vigentes no período não permitiam que os bolsistas dessem aulas enquanto faziam a pesquisa. No início de 1985, fui aprovada numa seleção para o conjunto de Antropologia (antes dele virar departamento) e me tornei professora da UNICAMP.

Imaginem: naquela época ainda era possível fazer o mestrado em cinco anos e ingressar na carreira docente da UNICAMP sem ter o mestrado defendido! Junto comigo, foram selecionados mais três colegas da minha turma de mestrado: Nestor Perlonger, Lilia Schwarcz e Nádia Farage. Por um bom tempo fomos os professores mais jovens do Departamento. Eu tinha 26 anos e de maneira meio abrupta deixava de ser aluna para me tornar colega dos meus professores: Antônio Augusto Arantes, Peter Fry, Mauro Almeida, Manuela Carneiro da Cunha, Alba Zaluar, Guita Debert, Suely Kofes, Mariza Corrêa, Carlos Brandão, Ana Maria Niemeyer, entre outros.

Concluído o mestrado em 1986, demorei mais quatro anos para ingressar no doutorado. Tal espaçamento e hesitação ainda eram aceitáveis. Quando decidi o tema do doutorado, já estava inteiramente envolvida numa nova divisão: professora de antropologia, fui cursar o doutorado na sociologia e na Universidade de São Paulo, sob a orientação segura da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda.

Tudo isso para indicar que a minha pesquisa sobre o movimento feminista e a etnografia sobre o grupo SOS-Mulher demandaram um tempo bem mais longo do que o habitual nos mestrados de hoje. Apesar disso, eu fiquei insatisfeita com os resultados que alcancei. Hoje qualquer coisa sobre feminismo está

na ordem do dia. Naquele período, o assunto era palatável dentro das categorias analíticas dos movimentos sociais alternativos, mas não era um tema de relevo na academia.

O artigo “Inventário sob a forma de fichário”, a única coisa que publiquei de todo o meu mestrado, foi um acerto de contas com essa situação. Nos anos de 1980, a importância e o peso das revistas acadêmicas ainda eram pequenos. Não se tinha a prática de escrever artigos como hoje. O que todos queriam era publicar um livro. A chancela do reconhecimento de um trabalho passava pela publicação em livro.

Defendi o mestrado em 1986, dois anos antes da Bibia concluir o seu. Nossos trabalhos eram complementares. Por isso, tínhamos a ideia de publicar um livro juntas. Entretanto, ela ganhou o prêmio de melhor mestrado da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Assim, não havia o menor sentido em lançarmos um livro em conjunto. O mestrado dela saiu pela Paz e Terra, com o título *Cenas e Queixas*. É um clássico para quem estuda a violência contra as mulheres no Brasil.

II.

Qual o papel do projeto *História da Ciências Sociais no Brasil* (1989) na consolidação desta virada temática que os seus estudos apresentaram entre o mestrado e o doutorado? O projeto pode ser interpretado como um fator institucional importante para a mudança de rota? Quais outros fatores e pessoas poderiam ser adicionados como relevantes no contexto dessa mudança? Poderia falar também um pouco a respeito do funcionamento do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais de São Paulo (IDESP)?

Heloisa Pontes

Fiquei em uma situação incerta na passagem do mestrado ao doutorado. No lugar de dar continuidade ao estudo dos movimentos sociais e às questões postas pela relação entre cultura, poder e política em chave antropológica, comecei a enveredar pela sociologia da vida intelectual e da cultura. De início, pensei em contextualizar a pesquisa feita no mestrado no âmbito da

história intelectual e institucional da antropologia brasileira, com o propósito de entender melhor o que se chamava na época por “antropologia na cidade”, área na qual se inscreviam objetos muito variados, de movimentos sociais a bailes funks. Em 1987, redigi um novo projeto com a finalidade de investigar essa vertente da disciplina e seu desenvolvimento no Brasil.

Quando redigi o projeto, justifiquei a sua relevância no sentido de que a pesquisa poderia fornecer um material analítico interessante para uma pesquisa mais ampla sobre a história das ciências sociais no Brasil. Isso estava sendo desenvolvido na época, no IDESP, por uma equipe de cientistas sociais e historiadores, sob a coordenação de Sérgio Miceli. Um dos integrantes dessa equipe, o cientista político Fernando Limongi, soube por intermédio de Fernanda Arêas Peixoto (então Massi e aluna do mestrado em antropologia da UNICAMP) que eu estava interessada nessa história das ciências sociais. A notícia foi parar em São Paulo (não havia e-mail na época) no momento em que o projeto estava se ampliando e a equipe precisava de novos pesquisadores.

Recebi, então, um telefonema de Limongi me convidando para um seminário do grupo e uma entrevista com Miceli. A entrevista foi rápida. Expus os objetivos da minha pesquisa e as razões do meu interesse no projeto. Como resposta, recebi dois enormes relatórios produzidos pela equipe, um prazo de uma semana para lê-los e para definir um objeto de investigação pertinente com o quadro de temáticas e problemas abarcados pelo projeto.

Com a ressalva clara de que a pesquisa sobre a história das ciências sociais que estava sendo feita naquele momento cobria o intervalo entre os anos 1930 e 1960. Portanto, ainda que os anos pós-1968 fizessem parte do escopo de investigação proposto pela equipe (e do meu projeto), eles só seriam contemplados depois.

A experiência no IDESP foi importantíssima. Ao longo de três anos, a equipe trabalhou com objetos variados, alinhavados por uma perspectiva teórico-metodológica comum: fazer uma sociologia intelectual e uma história social do campo das ciências sociais, de seu processo de institucionalização, de seus atores e de

sua produção. Cada membro da equipe se responsabilizava por um objeto e por uma parte dessa história, com o compromisso de apresentar, para o grupo, os textos produzidos com os resultados da pesquisa.

Esta experiência profissional e intelectual foi decisiva na minha formação acadêmica e no meu treinamento como pesquisadora. Muito do meu entendimento a respeito do trabalho intelectual, da elaboração dos argumentos analíticos necessários para levar adiante todo e qualquer projeto de pesquisa, do aprendizado com as fontes, em termos das perguntas que precisam ser feitas para o desvendamento das marcas sociais inscritas no material e na documentação que utilizamos, deve-se à experiência que tive no IDESP. Os integrantes da equipe, situados em momentos distintos da carreira acadêmica, tinham seus textos lidos, criticados e discutidos por todos.

Esta diversidade interna se expressava na elaboração, no alcance analítico dos textos, no repertório de questões e sugestões de cada um. Trabalhar em conjunto com pesquisadores seniores como Maria Hermínia Tavares de Almeida, Fernando Novais, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Mariza Corrêa e Sérgio Miceli, ao lado de pesquisadores júniores, como eram, na época, o meu caso e os de Silvana Rubino, Glória Bonelli, Fernanda Peixoto, Fernando Limongi, Paul Freston e Lilia Schwarcz – todos nós no começo da carreira – nucleados por um trabalho comum de pesquisa e reflexão, foi uma experiência decisiva para a minha compreensão do significado, do tempo de maturação, dos requisitos e recursos intelectuais, biográficos e sociais que envolvem, modelam e condicionam o trabalho intelectual.

Nessa equipe encontrei a possibilidade de exercitar o distanciamento analítico que buscava desde o mestrado. Nela tive a minha primeira experiência de trabalho coletivo que não se restringia à sala de aula ou a relação com o orientador. Todas as teses de doutorado dos integrantes mais jovens da equipe surgiram dessa experiência. Aprendemos a trabalhar, a pensar, uma história social da disciplina, a refletir sobre uma sociologia dos intelectuais. A Silvana Rubino, por exemplo, foi estudar a trajetória da Lina

Bo Bardi. A Fernanda Peixoto fez um livro, que acho ótimo, sobre os diálogos de Roger Bastide com Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Eu fiz um doutorado sobre o grupo *Clima*.

Contudo, antes de iniciar a pesquisa do doutorado, trabalhei com as coleções brasileiras do começo do século XX. Eu estava muito atenta ao mercado editorial, especialmente após a fundação da Companhia das Letras em 1986. A editora se lançou com quatro livros que tiveram um sucesso retumbante: *O espírito da roupa*, de Gilda de Mello e Souza; *O diabo e a terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza; e as traduções de *Tudo que é sólido se desmancha no ar*, de Marshall Berman; e *Rumo à estação Finlândia* de Edmund Wilson.

A Lilia Schwarz era minha amiga e seu marido, Luiz Schwarcz, teve um protagonismo imenso como editor. Antes de abrir a própria editora, ele criou junto com o Caio Graco Prado, na Brasiliense, a coleção de grande impacto “O que é História?” na qual vários acadêmicos colaboraram.

Eu estava atenta à rede de produção desses produtos culturais: a fortuna crítica, os jantares, os diálogos, as mediações envolvidas na produção e na recepção dos livros. Interessava-me por esse assunto desde o final do mestrado. Por isso, quando Sérgio Miceli me ofereceu a possibilidade de uns 3 ou 4 temas para me inserir na equipe, não tive dúvida: escolhi as coleções Brasileira, Documentos Brasileiros e Biblioteca Histórica Brasileira, e as editoras que as publicaram. Por terem sido editadas entre 1930 e 1960, elas me permitiam um distanciamento temporal, evitando assim incorrer em um duplo equívoco: deslizar entre o entendimento e o ressentimento; transformar a evidência sociológica em uma chave persecutória. Com o olho no mundo editorial do presente e o recuo analítico para entender uma produção inscrita no passado, acredito ter compreendido um pouco mais os condicionantes sociais que modelavam o trabalho intelectual.

Ter estudado as editoras me possibilitou entender as articulações entre a política das letras e a política em sentido mais amplo, especialmente no caso da editora José Olympio. A atuação editorial de Octavio Tarquínio de Sousa (1939-1959), que dirigiu a

coleção Documentos Brasileiros, era inseparável do espaço que foi aberto para a escritora e ensaísta Lúcia Miguel Pereira. Ela foi uma das mulheres mais publicadas na época. Ser casada com Octavio Tarquínio de Souza abriu-lhe uma possibilidade de edição que outras mulheres não tiveram no período. Isso seria um demérito? De maneira nenhuma. Ensaísta notável, ela é autora de um dos melhores estudos sobre Machado de Assis. Contudo, não se pode desconhecer o peso dessa dimensão na sua trajetória autoral.

Enquanto um dos espaços privilegiados para a veiculação do pensamento social da época, essas coleções, juntamente com os editores e as editoras que as publicaram (Nacional, José Olympio e Martins), foram analisadas como um dos “requisitos institucionais” que moldaram o perfil do campo intelectual da época. Fontes de prestígio para os editores e as editoras, lugar de consagração para os autores editados, elas oferecem uma chave para a compreensão do universo cultural e intelectual do período.

III.

Quando o grupo de intelectuais da *Clima* passou a ser considerado um objeto de interesse? Quais foram os elementos que levaram a atribuir a tal grupo uma significação cultural decisiva para a história do pensamento social e das ideias no Brasil? Poderia associar a pergunta com o contexto que a senhora adentrou no doutorado na Universidade de São Paulo (USP) nos anos 1990?

Heloisa Pontes

O editor e crítico literário Augusto Massi (que depois se tornou também professor da USP) um dia me falou, em um lançamento de livro, que eu deveria estudar a revista *Clima*. Ele sabia da pesquisa que estávamos fazendo no Idesp e achava que a revista *Clima* ainda não havia sido estudada como deveria. A fala me provocou curiosidade. Fui ver a publicação e decidi iniciar a pesquisa. Lá tinha tudo para levar adiante o projeto que queria fazer na linha da história intelectual: o início da Universidade de São Paulo, um processo de institucionalização, uma cidade em expansão, mudanças profundas na estrutura social, novos perfis

de recrutamento do trabalho intelectual e ao mesmo tempo uma geração que teve um peso extraordinário na vida intelectual de São Paulo.

Mas antes de chegar a essa compreensão, no período que eu estava cursando uma disciplina no doutorado sobre a sociologia dos intelectuais, li um artigo de Raymond Williams sobre o Bloomsbury group – que depois se tornaria uma bússola para o meu trabalho – e a minha primeira reação foi de indignação. Fiquei revoltada com a maneira como ele reduzia a atuação de Virgínia Wolf aos dilemas e valores de seu segmento de classe. Eu adorava Virginia Wolf e *Orlando* era um dos meus livros favoritos. A discussão em sala de aula foi tão acalorada, com a classe dividida entre os prós e contras, que decidi reler o artigo mais uma vez com outros olhos. Bingo! Entendi, então, que a atenção que ele dá aos nomes e sobrenomes, ao perfil de classe dos integrantes desse grupo (artistas, escritores, críticos, editores), era bem mais interessante que aquilo que em sala de aula eu rotulara de reducionismo sociológico. Ficou claro que o artigo defendia um pressuposto poderoso: que a história da cultura moderna é impensável sem a análise comparativa dos grupos de intelectuais, artistas e escritores, que contribuíram para a sua formulação e atualização. Por serem compostos por um número relativamente pequeno de membros, não é possível analisá-los com um instrumental estatístico. Por outro lado, os princípios e os valores que unem seus integrantes não são codificados institucionalmente. Eles estão ancorados num corpo de práticas e de representações e, simultaneamente, na “estrutura de sentimentos” e no “ethos” do grupo. Entendi, então, que ali tinha uma chave para começar a compreender a revista *Clima*.

Fui ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e passei um bom tempo indo e voltando da UNICAMP para o IEB para ler a revista inteira. Enquanto consultava, ia fazendo fichas e à medida que avançava, foi ficando claro que para analisar a *Clima* (publicada em São Paulo, entre 1941 e 1944), eu teria que reconstituir as trajetórias dos integrantes mais expressivos do grupo que a editava: Antonio Candido, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Ruy Galvão de Andrada

Coelho, Gilda de Mello e Souza. Essa reconstituição era essencial para que eu pudesse examinar as condições e as restrições que enredam o trabalho intelectual e tornam possível (ou inviabilizam) a construção de uma voz autoral – mescla de assinatura, nome próprio, poder de agregação e de irradiação. A análise dessas trajetórias era fundamental também para aquilatar a espessura dos constrangimentos de classe e de gênero na montagem de um sistema intelectual marcado pela inovação e pela permanência de relações assimétricas entre homens e mulheres.

Para chegar a essa compreensão tive que encontrar uma maneira de sistematizar as informações que eu ia coletando dessas trajetórias. Além das fichas biográficas de todos, fui dispoendo num caderno as informações coletadas em fontes diversas, de forma cronológica, ano a ano. Isso me permitiu localizar cada um e todos em conjunto. O caderno começava no ano de 1918 e terminava em 1968. Com isso, ia enxertando trechos das entrevistas (as que eles deram e que estavam publicadas e as que eu tinha feito) e os acontecimentos culturais e políticos mais importantes desse longo período.

Eu só entrevistei Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Décio de Almeida Prado e parentes dos que já tinham falecido, quando já sabia tudo do conteúdo da revista e quase tudo de importante das suas trajetórias. Só fui à casa de Antonio Candido após esse procedimento. Se eu tivesse ido entrevistá-lo sem me preparar dessa maneira, ousou dizer que ele teria indicado como eu deveria proceder na análise. Afinal, tratava-se da história de sua vida e da geração a que ele pertencia. Dotado de uma memória prodigiosa, Antonio Candido viu que eu não estava ali de brincadeira!

Outra coisa que acho importante mencionar foi o lugar que Florestan Fernandes passou a ocupar no meu trabalho. Contraponho necessário para adensar a análise do perfil social e cultural do “grupo *Clima*”, Florestan nunca se incorporou ao universo de sociabilidade desse círculo de amigos. Apesar disso, foi uma presença marcante no espaço em que todos se profissionalizaram como intelectuais acadêmicos: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da

Universidade de São Paulo. “Outro” em relação a eles, permite, no entanto, enxergá-los melhor por uma lente ao avesso.

Se não existisse a Faculdade de Filosofia, aliada à mudanças importantes na estrutura social e uma cidade em um processo acelerado de metropolização, como era o caso de São Paulo na época, qual seria o destino dos integrantes do grupo *Clima*? Com certeza, fariam o que faziam os membros da sua classe. Ingressariam e concluiriam a Faculdade de Direito, na qual se formavam as elites dirigentes. As mulheres do grupo teriam sido apenas esposas inteligentes ou no máximo professoras de colégio.

Por outro lado, sem a Faculdade de Filosofia, Florestan Fernandes não existiria. Não havia a menor possibilidade de um homem com a sua origem social ingressar na Faculdade de Direito. A origem, no entanto, só explica em parte o processo. É necessário olhar os deslocamentos que ele fez ao longo de sua trajetória. É impressionante como ele lidou muito bem com a carreira. Por não ter os trunfos sociais e culturais de seus colegas, ele converteu a carreira no único meio possível para angariar prestígio intelectual e se afirmar socialmente. Fez da guerra entre os Tupinambás – assunto da sua brilhante tese de doutorado – o “instrumento” e o “passaporte” para conquistar uma posição mais sólida na Universidade de São Paulo. *A Função social da guerra na sociedade tupinambá* é um livro excepcional. Se fosse escrito em outra língua, seria uma referência incontornável. Florestan era um homem certo para uma faculdade de resultados incertos.

Pensem, por contraste, na origem social de Antonio Candido, filho de médico conceituado e culto, de uma mãe leitora, que desde muito menino teve acesso à biblioteca dos pais. Dos oito para os nove anos, ele morou com a família na França e aprendeu francês com uma preceptora. Florestan Fernandes, por sua vez, era filho de empregada doméstica e em sua certidão de nascimento não constava o nome do pai. Naquela época, isso era um estigma imenso. Não fosse a Faculdade de Filosofia, ele e Antonio Candido muito provavelmente não teriam se encontrado profissionalmente. A Faculdade os colocou em relação. Além disso, possibilitou a Gilda de Mello e Souza, por exemplo, ter uma carreira como professora

universitária. Obviamente que as relações familiares pesaram no delineamento do seu perfil intelectual, já que ela era prima de segundo grau de Mário de Andrade, o papa do modernismo. Ela provou com a sua maravilhosa tese de doutorado, sobre a moda no século XIX e o espírito das roupas, o seu talento intelectual. Ela tinha apenas 30 anos quando escreveu a tese que só ganharia a edição em livro e a recepção devida muitos anos depois, quando foi publicada pela Companhia das Letras.

Olhar para as trajetórias de Florestan Fernandes e Gilda de Mello e Souza me permitiu entender melhor a força dos condicionantes e dos constrangimentos sociais na modelagem do trabalho intelectual. Gênero e classe incrustados em trajetórias particulares, inseparáveis das relações de poder que conformam os campos de produção simbólica.

Meu interesse pela obra e trajetória de Gilda se estendeu para além do doutorado. Além da admiração imensa que tenho pela sua obra, Gilda me fascinou pela escrita luminosa e pela elegância, no modo de se vestir e no trato com as pessoas. Sua história pessoal e profissional me fez ver a história intelectual brasileira pelo prisma das relações de gênero. Sobretudo na área pensamento social, que até pouco tempo atrás tratava o pensamento como um domínio sem gênero.

Enfim, o que procurei fazer na minha tese de doutorado, publicada com título *Destinos mistos*, foi uma etnografia e uma sociologia dos intelectuais na qual todos e todas são vistos e pensados em relação. Para tanto, lancei mão da perspectiva comparativa com um tríplice propósito: situá-los em conjunto, uns em relação aos outros, e todos em relação a Florestan Fernandes. Esta é a maneira que encontrei de escapar da hagiografia. Mesmo quando nos concentramos em trajetória particular, temos que ter como dispositivo metodológico um quadro comparativo. Sem o que damos volta em pingo d'água. Sobretudo quando estudamos intelectuais que fizeram nome na sua área de atuação. Nestes casos, o risco de ser subsumido pela maneira pela qual eles e elas narram a sua história é imenso.

Para encerrar a pergunta, lembro de um embate que tive com Fernando Novais na banca de meu doutoramento. Ele me questionou sobre o porquê do primeiro capítulo da tese se concentrar na análise da atuação de Lourival de Gomes Machado nos anos de 1940 e não na de Antonio Candido. Respondi que seria totalmente anacrônico iniciar a tese com Antonio Candido, já que a figura central naquela década era Lourival Gomes Machado. Somente depois a ordem de relevância se alteraria. Ou seja, na análise das trajetórias temos que construir um quadro sincrônico e diacrônico para enxergar o movimento do tabuleiro inteiro.

IV.

Circunscrevendo-se à metodologia, gostaríamos de saber: como a senhora pensa a relação entre as fontes da pesquisa, o recorte do objeto e a recolha de informações bibliográfico-documentais?

Heloisa Pontes

Quando eu escrevi a dissertação sobre o movimento feminista, mostrei que a análise da dinâmica interna desse movimento social não pode se ater apenas à sua organização formal (recusa às lideranças, ao profissionalismo, negação do sistema de representação, vivência do coletivismo como forma privilegiada de organização). Ater-se apenas à organização formal é insuficiente para explicar a sua dinâmica interna e a profusão de conflitos que eu observava entre as militantes do SOS-Mulher e de outros coletivos feministas. O movimento era marcado por um processo ininterrupto de oposições e segmentações. A tal ponto que passei a enxergar similaridades com o que acontecia na dinâmica política dos Nuer, analisada no estudo clássico de Evans-Pritchard.

Seriam as feministas Nuer? Com essa pergunta à primeira vista estapafúrdia, avancei na etnografia do SOS-Mulher e mostrei que ele e outros coletivos feministas, ao mesmo tempo em que lutavam pelo reconhecimento da “condição das mulheres” (termo corrente na época), pareciam se organizar para assinalar diferenças internas entre eles. A identidade política dos grupos feministas ganhava, assim, uma dimensão claramente contrastiva. Enquanto

espaços de aprendizado da militância, esses grupos eram um campo de iniciação e conversão ao universo cultural, existencial e comportamental do feminismo, realizada com o auxílio de uma pedagogia feminista.

A antropologia tem um olhar muito potente sobre as diversas formas de expressão dos conflitos e para as clivagens e segmentações que independem da consciência dos sujeitos. No caso dos Nuer estudados por Evans-Pritchard, os processos de segmentação têm uma base estrutural dada pelas linhagens e pelo parentesco. Ao me inspirar no trabalho de Evans-Pritchard, minha intenção era entender o movimento feminista e não fazer avaliações sobre a sua eficácia ou limitações.

Com a mudança de objeto de estudo do mestrado ao doutorado, de um movimento social contemporâneo para a análise de uma geração de intelectuais situados em outro contexto histórico, pude ter acesso a um conjunto maior de fontes documentais. Enquanto na etnografia de um fenômeno contemporâneo, o antropólogo é mesmo tempo instrumento e sujeito da pesquisa, no trabalho com fontes escritas o desafio é encontrar as marcas sociais inscritas na documentação que utilizamos.

As fontes não são só conteúdos expostos. A própria modelagem das interações da vida social está impregnada nelas. Daí a importância da reflexão sobre as condições sociais e institucionais de produção das fontes escritas e das reminiscências que nutrem grande parte das entrevistas e dos depoimentos impressos (ou recolhidos diretamente) que nós, cientistas sociais, utilizamos em nossos trabalhos. Sérgio Miceli tem uma frase precisa sobre isso, ao afirmar que “não existe a rigor separação ou descontinuidade entre o objeto e os materiais que falam dele, que o expressam ou que de alguma maneira lhe dão uma forma de existência”.

No caso das fontes que tratam das elites, vemos que elas indicam o modo como as elites gostam que se fale delas e o controle que exercem nessa direção. Isso também acontece com fontes sobre grupos e pessoas com acesso privilegiado à produção cultural e simbólica, como é o caso dos intelectuais, que estudei no doutorado. Ou das intérpretes do teatro, que pesquisei para

escrever a minha tese de livre-docência, que também foi publicada como livro.

V.

A senhora procura compreender em *Intérpretes da Metrópole* (2008) o curso de dois campos de produção simbólicos distintos: de um lado a produção intelectual de escritoras(es) e críticas(os) literárias(os); do outro, a formação e a consagração das grandes atrizes do teatro brasileiro nos anos 1940, 1950 e 1960. Parece existir neste movimento um esforço em encontrar alguns padrões de generalidade, certa correspondência entre diferentes espaços de ação e também distintas formas de restrição e limitação das possibilidades de cada ator social. Quais seriam os pontos de contato entre estes dois universos simbólicos, isto é, qual a homologia estrutural entre estes dois campos de produção cultural no Brasil? Poderia dimensionar o uso da categoria gênero nessas investigações?

Heloisa Pontes

A dimensão de gênero esteve presente em todos os meus trabalhos. Em *Intérpretes da metrópole* parti do livro *Metrópole e Cultura*, de Maria Arminda do Nascimento Arruda, para tentar avançar no entendimento dos constrangimentos decorrentes das relações de gênero com o auxílio do contraste e da comparação entre o campo intelectual e a cena teatral. Como vocês sabem, Maria Arminda foi minha orientadora no doutorado e nesse livro notável que é *Metrópole e Cultura* ela analisa as correlações entre o processo acelerado de metropolização da cidade de São Paulo no meio do século passado e suas consequências no plano da cultura.

Em *Intérpretes da metrópole*, voltei à trajetória de Gilda de Mello e Souza, que eu analisara em *Destinos mistos*, a partir de uma nova angulação. Gilda foi revisitada à luz das trajetórias de Lúcia Miguel Pereira e Patrícia Galvão. Depois comparei com as carreiras das atrizes que se destacaram em São Paulo nos decênios de 1940 e 1950: Cacilda Becker, Tônia Carrero, Maria Della Costa, Fernanda Montenegro, Nydia Lícia e Cleyde Yáconis. São Paulo se tornou

o polo modernizador do teatro brasileiro naquele período e “as mulheres mandavam no teatro” nas palavras de atriz Maria Della Costa.

Gilda de Mello e Souza, Lúcia Miguel Pereira e Patrícia Galvão, por sua vez, se inseriram num campo marcadamente masculino e sofreram, com maior ou menor intensidade, os reverses dessa condição. Valendo-se do capital cultural conquistado por meio de uma escolarização elevada ou de relações sociais entranhadas na atividade cultural, fizeram “nome” como críticas e ensaístas. Já as atrizes ganharam fama e firmaram a autoridade artística num domínio menos culto e escolarizado e bem mais aberto à presença feminina.

Mais “feminino” que o campo intelectual no período, o teatro ilumina, por contraste, os espaços possíveis, os recursos utilizados, os constrangimentos enfrentados por Gilda de Mello e Souza, Patrícia Galvão e Lúcia Miguel Pereira para se fazerem reconhecidas. Isto não significa que as clivagens de gênero estivessem ausentes do teatro. Na divisão de trabalho que presidia a carpintaria teatral na época, elas estavam lá, mas com inflexões distintas.

Enquanto o trabalho de ator era facultado a homens e mulheres, o da dramaturgia era privilégio ou atributo dos homens. Entre o polo mais “feminino” da representação, ocupado por atores e atrizes, e o mais “masculino” da dramaturgia, exercido pelos autores, encontravam-se os diretores e as ensaiadoras, com claro e diferenciado reconhecimento para os primeiros. Nos grupos e nos elencos, a figura da primeira atriz, remodelada pelas concepções do teatro moderno, continuou a ter a uma importância muito grande, mesmo quando o nome delas não vinha estampado no nome da companhia. Como foi, por exemplo, o caso do Teatro dos Sete, onde atuou Fernanda Montenegro. Para a manutenção de tal centralidade, as mulheres fizeram valer a competência adquirida como atrizes, com a anuência e apoio de seus parceiros.

Bastante distinta era a situação vivida pelas críticas e ensaístas. Não que os nomes delas – ou pseudônimo, como Mara Lobo,

com o qual Patrícia Galvão estreou na ficção – não tenham sido estampados nos livros que escreveram. Tampouco que não pudessem galgar posições mais sólidas, decorrentes da autoria e da autoridade intelectual a ela associada, caso de Lúcia Miguel Pereira. E, sim, que as instâncias de controle e de prestígio, ocupadas prioritariamente pelos homens, só seriam franqueadas às intelectuais, como mostra a trajetória de Gilda de Mello e Souza, bem mais tarde e de forma muito mais tortuosa do que a enfrentada pelos seus colegas da profissão.

Em síntese e para não me alongar mais na resposta à pergunta que vocês fizeram, diria que o meu objetivo foi o de não encapsular as trajetórias das mulheres reais sob o feixe anêmico de uma suposta condição comum de sujeição. Por isso, o que busquei nessa visada comparativa foi por em relação trajetórias, carreiras, parcerias, constrangimentos e recursos alocados em espaços sociais específicos. Um desses espaços são campos de produção cultural, marcados por clivagens internas de gênero. Assim, pude refletir sobre as maneiras e as razões que levaram o campo intelectual a ser mais refratário à presença das mulheres em contraste com o que acontecia na cena teatral nas décadas de 1940 e 1950. Pude também mostrar que tanto o campo teatral quanto o intelectual se inscreviam numa mesma trama cultural, urdida pelas metrópoles em expansão (São Paulo e Rio de Janeiro). O que me permitiu voltar ao assunto que me levou a escolher a antropologia como profissão e ao feminismo como objeto do meu mestrado e minha primeira pesquisa de fôlego.

VI.

As parcerias amorosas e suas relações com o trabalho parecem ser uma chave analítica importante para a compreensão do destino social das grandes damas do teatro brasileiro. O papel de gerentes, administradores de carreira e diretores que os parceiros das grandes atrizes foram assumindo durante aqueles anos – e que em qualquer outra atividade profissional pareceriam os de maior importância – no mundo invertido do teatro são de relevância diminuta, pois o que importava mesmo são as

interpretações artísticas, as expressões corporais sendo elementos mais valorizados nesta circunscrição valorativa que qualquer outra virtude tida como “mais racional” e, portanto, mais masculina. Poderia caracterizar um pouco mais profundamente o que a senhora entende sobre as particularidades sociais da parceria no mundo cultural?

Heloisa Pontes

São Paulo no livro *Intérpretes da metrópole* não é um cenário como frisei na resposta anterior. Digamos assim, que meu interesse era ver a cidade em tempos simultâneos a partir de dois campos de produção simbólica, o teatro e a vida intelectual, tendo cada um dinâmicas específicas. O conjunto de mediações ou condicionantes – origem, trajetória, capital cultural, escolaridade etc. – produz inflexões diferenciadas em cada um desses campos.

O assunto das parcerias, que apareceu de esguelha no meu doutorado, foi tratado no livro pelo prisma das assimetrias de poder, ligadas ao maior ou menor reconhecimento dos parceiros ou parceiras envolvidos na atividade intelectual ou artística. No caso das atrizes que pesquisei, o renome que elas conquistaram é inseparável de suas parcerias amorosas e de trabalho. Com essa afirmação não pretendi diminuir o brilho e o talento dessas atrizes, tampouco minimizar a dedicação com que construíram suas carreiras. O que quis mostrar é que elas viveram uma situação distinta da que era experimentada pelas mulheres intelectuais nas décadas de 1930 e 1960. As intelectuais, como mostrei no livro com o auxílio da análise de trajetórias, enfrentaram uma série de constrangimentos para se afirmar e “fazer nome”. Entre eles, a conciliação da carreira com a família. Ou, quando casadas com intelectuais de renome, tiveram que lidar com os conflitos reais e imaginários de sentirem ou serem vistas à “sombra” dos maridos.

Isso não aconteceu com as grandes atrizes da época, como Cacilda Becker, Tônia Carrero, Fernanda Montenegro, Lydia Lícia, Maria Della Costa, que foram alçadas à condição de protagonistas com a anuência e respaldo dos parceiros. Seguindo a tradição no meio teatral do auto-empresariamento, elas criaram

suas companhias, nas quais figuraram como principal chamariz, enquanto os parceiros atuaram como diretores, intérpretes, empresários, mesclando às vezes as três atividades. É preciso frisar, no entanto, que as razões para o empenho diverso dos “significant others” (parceiros, maridos ou amantes) não consistem em disposições pessoais isoladas, explicáveis por “temperamento” ou “boa-vontade”. Residem antes nas dinâmicas particulares dos campos de produção simbólica, mais (ou menos) refratários às inflexões de gênero e à atuação das mulheres. Agora existem muito trabalhos interessados em pensar as parcerias em diversos campos. Antes eram nubladas em função de uma certa concepção de trabalho, artístico ou intelectual, de que a obra é a produção de uma criatura incriada.

Paro por aqui. A entrevista foi longa. Agradeço o cuidado com que prepararam o roteiro da entrevista e espero ter respondido às questões que vocês me propuseram.